



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR

PROJETO DE LEI Nº 5.085, DE 2020

Altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.

Autor: Deputado NILTO TATTO

Relator: Deputado RODRIGO AGOSTINHO

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado NILTO TATTO, introduz alterações na Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, para determinar a obrigatoriedade de licenciamento no caso de implantação de projeto de irrigação, além de classificá-los em categorias de acordo com a dimensão efetiva da área irrigada, por propriedade individual e o método de irrigação empregado, conforme dispuser o regulamento.

Segundo a proposição, os métodos de irrigação compreendem:

- I – Aspersão – pivô central, auto propelido, convencional e outros;
- II – Localizado – gotejamento, microaspersão, xique-xique e outros;
- III – Superficial – sulco, inundação, faixa e outros.

A propositura determina que os órgãos ambientais licenciadores poderão definir critérios diferenciados de exigibilidade e procedimentos alternativos para o licenciamento e os projetos localizados em dois ou mais Estados, ou que gerem impactos ambientais diretos que ultrapassem os limites territoriais do País ou



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Agostinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210827245100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

Apresentação: 06/10/2021 14:35 - CAPADR
PRL 1 CAPADR => PL 5085/2020

PRL n.1

do Estado em que estiverem localizados, serão licenciados pelo órgão executor do Sistema Nacional de Meio Ambiente, ouvidos os órgãos seccionais dos estados envolvidos.

Justificando sua proposta o autor salienta que durante dezenove anos o licenciamento de empreendimentos de irrigação foi regulamentado pela Resolução nº 284/2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e que, no ano de 2013, a Lei nº 12.787 estabeleceu a Política Nacional de Irrigação, prevendo o licenciamento ambiental dos projetos de irrigação considerando sua exigência “em legislação federal, estadual, distrital ou municipal específica” (art. 22 da referida norma). Informa, ainda, que o legislador levou em consideração, ao aprovar essa lei, a existência de norma específica federal, a Resolução Conama 284/2001, “revogada recentemente pela Resolução Conama 500/2020, em processo sustado por medida liminar até que o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgue o mérito.”

De acordo com o autor, a Resolução Conama nº 284/2001 tem previsões ausentes na Resolução Conama 237/1997 e na Resolução Conama 001/1986, que dispõem sobre licenciamento ambiental. As duas resoluções não incluem todas as possibilidades de aproveitamento de recursos hídricos para irrigação. Apenas a Resolução Conama 284/2001 engloba a irrigação como um todo, e sem interpretações normativas que isentem esses empreendimentos do licenciamento ambiental.

E acrescenta: “Ao optar pela revogação e não pela revisão ou pela consolidação, o Conama eliminou um regulamento e criou ambiguidades nas normas remanescentes, o que pode levar os órgãos integrantes do Sisnama a tomar decisões contraditórias, licenciando com critérios distintos as mesmas categorias de empreendimentos, ou mesmo dispensando de licenciamento todos os projetos de irrigação que não incluem barramento ou canais, e em áreas inferiores a mil hectares.”

O projeto de lei foi distribuído para apreciação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; do Meio Ambiente e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

Apresentação: 06/10/2021 14:35 - CAPADR
PRL 1 CAPADR => PL 5085/2020

PRL n.1

Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e Cidadania; estando sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Nos termos regimentais foi aberto prazo para apresentação de emendas. Findo este, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ao deferir o pedido de liminar no âmbito da ADPF nº 747/DF, que questionou a constitucionalidade da Resolução Conama nº 500/2020, a Ministra ROSA WEBER do Supremo Tribunal Federal-STF reconheceu que o Conama possui competência para estabelecer normas e critérios. Entretanto, conforme o entendimento da Ministra, este atributo possui limites materiais expressos na Constituição Federal e na legislação ambiental, devendo, então, mostrar-se compatível com a proteção do patrimônio ambiental.

A Ministra ressaltou que a revogação da Resolução Conama nº 284/2001 sinaliza a dispensa de licenciamento para empreendimentos de irrigação, mesmo quando potencialmente causadores de modificações ambientais significativas. A seu ver, a medida viola o art. 225 da Constituição, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

A Resolução Conama nº 284/2001 estabelece a classificação dos processos de irrigação, os métodos empregados e o consequente processo de licenciamento. A medida liminar concedida pelo STF ressalta que, apesar da Resolução Conama 284/2001 ser anterior ao novo Código Florestal, encontra aplicação no ordenamento jurídico vigente, pois ao regulamentar atividade específica ela confere segurança jurídica, uma vez que as regras atribuem confiabilidade e ordem, devendo ser atualizadas, se necessário, e não serem extirpadas do ordenamento jurídico.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Agostinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210827245100>

* C D 2 1 0 8 2 7 2 4 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

Apresentação: 06/10/2021 14:35 - CAPADR
PRL 1 CAPADR => PL 5085/2020

PRL n.1

Por unanimidade, o Plenário da Corte referendou as medidas liminares concedidas pela Ministra ROSA WEBER para suspender os efeitos da Resolução Conama nº 500/2020.

Gostaríamos de salientar que a importância da irrigação se evidencia quando tomamos conhecimento de que as áreas irrigadas no mundo representam, aproximadamente, 20% (vinte por cento) de toda a área cultivada e responde por cerca de 40% (quarenta por cento) da produção. Em determinadas regiões, como no semiárido nordestino, é ela que viabiliza a produção.

O Brasil irriga cerca de 5,5 milhões de hectares, o que representa 8% (oito por cento) da área cultivada no País e produz nesta área 17% (dezessete por cento) do total da produção agrícola nacional. Isto significa que a irrigação, além de viabilizar a produção, contribui para o aumento da produtividade.

Entretanto, é necessária a implantação de um projeto de irrigação que leve em consideração a dimensão efetiva da área irrigada, o solo, o clima, a cultura, os equipamentos mais adequados e o método de irrigação empregado. A maior eficiência da irrigação reduzirá gastos com energia e o consumo excessivo de água, garantindo recursos hídricos para as próximas gerações.

A proposição analisada reveste-se da maior importância, vez que inclui na legislação em vigor parte dos dispositivos contidos na Resolução Conama 284/2001 que, dependendo de entendimentos, poderá ser revogada, trazendo prejuízos para o setor agrícola brasileiro.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.085, de 2020, pela importância e oportunidade.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO

Relator

2021-13918



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Agostinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210827245100>

